

MAIS DE TRÊS MILHÕES DE MORTOS NO CONGO: UMA GUERRA MULTIFACETADA (1998-2002)

Denise Lúcia Camatari Galvão – PPG-UNB

Introdução

Entre 1998 e 2002, um conflito armado na República Democrática do Congo (ex-Zaire) atingiu proporções amplas e complexas, ao envolver uma rede transnacional de organizações armadas da região dos Grandes Lagos. Mais de 3,6 milhões de pessoas foram vitimadas fatalmente pelo conflito desde 1998,¹ nesse país de 51,7 milhões de habitantes.² A crise humanitária associada aos conflitos armados teve como consequência, também, mais 360 mil congoleses refugiados e cerca de 2 milhões de pessoas deslocadas no interior do país.³

De um lado, alinharam-se o governo congolês e seus partidários de Angola, Zimbábue, Namíbia; do outro, as organizações armadas RCD-Goma, RCD-ML e MLC, e seus aliados de Ruanda, Uganda e Burundi. A chamada “guerra mundial africana”⁴ não pode ser entendida se não forem consideradas as várias forças que movem o conflito: (i) manifestações da profunda crise do Estado; (ii) rivalidades étnicas; (iii) regionalização do conflito através das fronteiras internacionais; (iv) disputas por recursos naturais; (v) degradação ambiental; e (vi) interdependência societária regional. O objetivo deste texto não é cobrir detalhadamente o complexo conflito armado no Congo (1998-2002), mas apresentar suas principais faces e identificar os fatores determinantes do início, da intensidade e do prolongamento da guerra.

A crise do Estado

Quando o conflito armado no Congo começou, em agosto de 1998, o Estado congolês apresentava-se em situação crítica. As décadas de regime político patrimonial, ou seja, de desmandos políticos e corrupção sistemática e em larga escala, clientelismo e personalismo no poder, bem como a falta de provisão de serviços sociais para a população e a ausência de diversificação econômica, desde a independência em relação à metrópole

colonial, em 1960, desembocaram no colapso do Estado. Financeiramente falido e com forças armadas em desordem, o aparato estatal era incapaz de implementar políticas públicas e de manter a presença do Estado em todo o território.⁵

Ademais, o fim da Guerra Fria repercutiu, para o Zaire, na diminuição da ajuda estrangeira ao governo de Mobutu Sese Seko. Além disso, a liberalização de setores da economia e o crescimento do mercado informal contribuíram para a queda da renda do Estado, manifestada no declínio das exportações oficiais. O poder central, autoritário, era cada vez mais contestado no âmbito doméstico enquanto não cedia às pressões externas por democratização.

Na prática, Mobutu assumia uma postura minimalista que admitia a relativização da soberania interna. Ao permitir a fragmentação do poder em autoridades locais mais autônomas, reduzia a ameaça de aliança entre seus opositores políticos. Com isso, logrou sobreviver no poder até 1997, quando foi derrubado por uma insurgência armada transnacional, a *Alliance des forces démocratiques pour la libération* (AFDL), deixando a economia congoleza em frangalhos.⁶ O incompleto projeto de *nation-building* foi interrompido durante a guerra civil que durou cerca de oito meses.

O novo regime, de Laurent Désiré Kabila, era dependente de governos estrangeiros no campo militar e no político, além da dependência econômica em relação a empresas multinacionais, para as quais a AFDL vendeu concessões de importantes reservas de recursos minerais. Portanto, mesmo ao usar terrorismo de Estado, não teve meios para reconstruir o aparato estatal nem para construir um consenso nacional. Quando as tropas de países vizinhos invadiram o Congo em 1998, a imagem é de que foram ocupar um vácuo de poder.

Rivalidades étnicas

No Congo, a etnicidade serviu como instrumento de mobilização. Houve questões étnicas que alimentaram o conflito armado de duas origens: (i) interna, os grupos populacionais de origem ruandesa, chamados banyarwandas, habitando o leste do Congo; e

(ii) externa, as rivalidades étnicas exportadas por meio da presença em território congolês de refugiados e de organizações armadas estrangeiras.

No nível doméstico, havia na região leste, nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul, segregação em relação aos povos de origem banyarwanda. Enquanto os hutus-banyarwandas eram alinhados com os grupos étnicos considerados autóctones, os tutsis-banyarwandas enfrentavam contestações, inclusive oficiais, de seu direito à cidadania zairense, o que significava a restrição de seus direitos a propriedade de terras. Essas clivagens provocaram choques violentos, como a perseguição de tutsis em Kivu do Norte, no início de 1996, e a rebelião dos banyamulenges, um grupo de tutsis que vivia tradicionalmente na serra de Itombwe, na região de Uvira, em setembro de 1996.⁷

Durante a guerra civil (1996-1997), os tutsis-banyarwandas, incluindo os banyamulenges, associaram-se a AFDL que, com a presença predominante de forças que se identificavam com a etnia tutsi, perseguiram, sobretudo, os congolese hutus em sua campanha rumo a Kinshasa. A repressão da insurgência, portanto, visava principalmente os congolese tutsis e os banyarwandas. No período entre-guerras, a indignação da população local diante das atitudes dos ruandeses nas áreas ocupadas piorou a situação dos grupos banyarwandas e dos tutsis congolese. Vários grupos, como o hunde, o hutu e o nande, alimentavam um forte sentimento anti-Ruanda. Na segunda guerra congolese, portanto, os hutus-banyarwandas, como o Interahamwe e a *ex-Forces Armées Rwandaises* (ex-FAR), alinharam-se com o governo congolês, enquanto os tutsis tendiam a apoiar as forças de Ruanda. Mais uma vez, os tutsis foram os mais perseguidos.⁸

No nível externo, a presença massiva de tutsis ruandeses e de extremistas hutus nos grandes acampamentos de refugiados no leste do Congo provocou desequilíbrio étnico na região e ataques destrutivos em 1996 e 1997 por tropas ruandesas e burundinesas. Ademais, organizações armadas de Uganda (*Allied Democratic Forces* – ADF), Ruanda (membros da ex-FAR e da milícia hutu Interahamwe) e do Burundi (*Forces pour la défense de la démocratie* – FDD) usaram continuamente, desde meados da década de 1990, áreas do território congolês como base, de onde partiam em ataque e para onde recuavam em

retirada.

Outra manifestação de rivalidades étnicas no nível externo, no conflito armado do Congo, deu-se na região de Ituri, na província Orientale, que é rica em ouro. Lá, as forças ugandenses apoiaram militarmente partes opostas entre si, estimulando, de um lado, os hemas, liderados por Adele Lotsove na *Union des patriotes congolaises* (UPC); e, de outro, o *Rassemblement Congolais pour la Démocratie-Mouvement de Libération* (RCD-ML), que se identificava com o grupo de etnia lendu. Cerca de 60 mil pessoas foram vitimadas entre 1999 e 2003, em decorrência da exacerbação das tensões étnicas locais por comandantes das *Ugandan People's Defence Forces* (UPDF) com motivações econômicas.

Dessa forma, as diferenças étnicas no Congo integram lógicas de domínio político e de exploração e exclusão econômica. Não engendrariam violência organizada se a identidade étnica não houvesse sido usada como ferramenta de mobilização dos membros de cada grupo por interesses de forças militares.

A dimensão regional: participações estrangeiras

Entre 1998 e 2002, o Congo foi invadido e ocupado por três forças armadas estrangeiras – de Ruanda, Uganda e Burundi –, e o governo de Kinshasa conquistou, em seu auxílio, o envio de tropas de três países – Angola, Zimbábue e Namíbia. Assim, além de várias organizações armadas não-estatais, o conflito armado congolês envolveu as forças armadas de ao menos sete países africanos.

A justificativa dada por Ruanda e Uganda para invadirem o território congolês em agosto de 1998, em duas frentes, fundamentava-se em preocupações com a segurança de suas fronteiras ante as organizações armadas hostis presentes no Congo e, no caso ruandês, no apoio a tutsis congolezes e banyarwandas nos Kivus contra a perseguição étnica. Nesse sentido, estimularam a organização de congolezes para que defendessem localmente seus interesses. Na ocupação de porções da região leste do Congo por meio do *Rassemblement Congolais pour la Démocratie* (RCD), os oficiais ruandeses exerciam o poder administrativo, político, militar e econômico. Ao longo do conflito, ficou definido que as

políticas do RCD-Goma eram decididas e aprovadas em Kigali.

Em relação aos aliados do governo congolês, o apoio de Angola fundamentava-se em considerações de segurança interna, tendo em vista a percepção de que existia associação entre lideranças rebeldes congolezas e seus patrocinadores externos e a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA). O Sudão, por seu turno, embora houvesse apoiado Mobutu contra a AFDL, desta vez se unia a Kabila, contra a nova rebelião, tendo em vista o conflito a opor Cartum e Kambala. Já os interesses do Zimbábue eram financeiros. Além da dívida para Mugabe que Kabila devia, cujo pagamento era arriscado caso o regime fosse derrubado, havia os investimentos zimbabuanos no mercado congolês, no setor minerador. Alguns sócios de Mugabe e militares zimbabuanos de alta patente vislumbravam o risco de perder negócios importantes com uma possível derrota de Kabila, que consistiam em concessões de exploração mineral para a Sengamines, empresa de exploração de diamantes que atuou em Mbuji-Mayi. Além disso, Mugabe ansiava por uma oportunidade de exercer alguma liderança na região.

Dessa forma, o território congolês foi invadido por tropas estrangeiras, que se aliavam a grupos armados nacionais. Disso originaram-se áreas de ocupação, algumas das quais se tornaram relativamente estáveis. O território congolês foi dividido em quatro zonas de soberania *de facto*, dominadas por cada uma das principais partes em conflito e seus aliados estrangeiros: (i) as forças governamentais, que controlavam o centro e o oeste, sendo que o Zimbábue mantinha tropas no sul-sudoeste e Angola, na região fronteira comum; (ii) o *Mouvement pour la Libération du Congo* (MLC), que controlava o noroeste, com apoio de Uganda; (iii) o RCD-ML, que controlava o nordeste, também como aliado de Uganda; e (iv) o RCD-Goma, que, com as forças de Ruanda, manteve o leste do país, além da faixa à margem ocidental do lago Tanganyika, que era controlada pelos militares do Burundi.

Disputa por recursos naturais

Apesar da fraqueza do Estado congolês, a aliança entre RCD-Goma, RCD-ML, MLC,

Uganda e Ruanda não venceu a guerra, ou seja, não diluíram as chamadas ameaças à sua segurança, nem conquistaram a capital Kinshasa, nem derrubaram o regime dos Kabila. Interesses econômicos desviaram o foco das organizações armadas de oposição. O território congolês, incluindo a vasta região ocupada durante o conflito armado, é rico em ouro, diamantes, columbita-tantalita – liga de nióbio com tântalo – e outros minerais. A oportunidade reconhecida no conflito armado de controlar a produção e o comércio de recursos naturais e, com isso, não somente financiar os esforços de guerra, mas também acumular riqueza, influenciou no modo como as organizações armadas fizeram a guerra.

Ruanda e Uganda drenaram sistematicamente as riquezas geradas a partir da extração e da exportação de recursos naturais, por meio de associações com empresas multinacionais, do controle militar de garimpos e da taxaço mediante coerço em vários domínios: alfândega, licenças de exploração de minas, etc., principalmente sobre o setor da mineração.⁹ Os interesses econômicos do RPA e da UPDF tornaram movediça a aliança entre Ruanda e Uganda contra o governo congolês, que foi abatida em vários momentos durante o conflito armado, em que dissiparam suas forças dissuadidos por motivaçoões econômicas.¹⁰

A justificativa da ocupação militar alegada pelos governos estrangeiros para a ocupação de suas forças armadas em parte do território congolês, baseada na ameaça à segurança dos invasores por grupos insurgentes ruandeses e ugandenses, vela os interesses por trás de políticos proeminentes e membros de alto escalão dos exércitos de Ruanda e de Uganda, que lucraram com a guerra. Esse discurso é desconstruído ao ser confrontado com três fatos:

- i a aliança entre Ruanda e Uganda, que alegavam o interesse comum na segurança regional, ruiu diante do fator Kisangani, ou seja, da disputa direta entre as duas forças pelo controle de pontos estratégicos para a exploração de recursos naturais;
- ii as partes oponentes no conflito confundiam-se, ao conviver e até cooperar em matéria de mineração e comércio, de modo que outros objetivos, políticos ou étnicos, eram relativizados ante o interesse oportunista na exploração dos recursos

naturais; e

iii o local de maior intensidade e duração do conflito armado coincide com a região de persistência de reservas de riquezas minerais, de modo que a maior concentração das disputas ocorreu no leste do país, em que se combinam o problema de desestabilização trans-fronteiriça e o da abundância de diversos recursos naturais, além da já conflituosa distribuição de terras. Estima-se que três quartos das vítimas do conflito armado no Congo entre 1998 e 2003 foram dessa região.¹¹

Por meio da exploração não só de recursos minerais, mas também de madeira de lei, as organizações armadas congolezas e seus aliados ruandeses e ugandeses financiaram suas campanhas militares e proporcionaram enriquecimento pessoal para políticos e oficiais de alto escalão. As mercadorias pilhadas do Congo e a reexportação desses bens por Ruanda renderam 8,4% do total de exportações ruandesas em 1999 e 7,1% em 2000. Entre o final de 1999 e o final de 2000, o exército ruandês ganhou ao menos US\$ 20 milhões por mês a partir da columbita-tantalita. Uganda tornou-se exportador de tântalo em 1998, apesar de não produzir o mineral. Os minerais congolezes proporcionaram cerca de US\$ 5 milhões por mês para Uganda, o que permitiu aumento do orçamento militar, mas os lucros eram direcionados, sobretudo, para pessoas mais influentes.¹² Nesse sentido, o próprio Congo financiou a sua insegurança.

A dimensão preponderante: considerações finais

Ao longo de 2002, a maior parte das tropas estrangeiras deixou o Congo. A intensidade e a escala horizontal do conflito armado entre 1998 e 2002 deveram-se a uma complexa conjunção de fatores interligados, dos quais destacam-se causas profundas: (i) a decadência do Estado no Congo; (ii) a discriminação de pessoas com base na origem étnica, como instrumento de eliminação de concorrentes por poder político e econômico; (iii) as políticas militaristas dos vizinhos na consecução de seus objetivos de segurança; e (iv) a presença no território congolês de riquezas naturais que impõem baixos custos de extração

e de transporte.

A abundância e a diversidade de reservas minerais no país, por sua vez, determinaram a intensidade dos impactos e contribuíram para a duração do conflito armado no Congo, por meio de cinco fatores conjunturais: (i) a inserção no mercado global da economia não-diversificada e em recessão acelerada; (ii) o crescimento do comércio ilegal através das fronteiras porosas do país; (iii) o oportunismo das grandes empresas mineradoras e de membros das organizações combatentes; (iv) a demanda pelos minerais congolezes no mercado mundial; (v) e a falta de opção de trabalho para os garimpeiros.

No Congo, conflito armado associa-se à condição geográfica; violência organizada, porém, é um fenômeno social. Os recursos naturais do Congo alimentaram o conflito armado com o suporte dos fatores da crise política e econômica, da etnicidade e da interdependência regional, que confluíram para a guerra multifacetada na virada para o século XXI.

Referências

- 1 Estimativa do International Rescue Committee, publicada em abril de 2003, no relatório “Mortality in the DRC: Results from a nation-wide survey (Sep-Nov/2002)”.
- 2 Dado referente ao ano de 2000, provido pelo Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNPFA).
- 3 Dado referente a setembro de 2001, provido pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Questões Humanitárias (OCHA).
- 4 Essa expressão foi empregada considerando a escalada horizontal do conflito armado, pela Assistente da Secretaria de Estado Norte-americana para Assuntos Africanos da época, Susan Rice.
- 5 McNULTY, Mel. “The collapse of Zaïre: implosion, revolution or external sabotage?”. *The Journal of Modern African Studies*. n. 327, 1999; RENO, William. *Warlord Politics and African States*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.
- 6 A renda per capita do Congo, que era de US\$ 380 em 1960, caiu para US\$ 240 em 1990 e despencou para US\$ 85 em 2000. AKITOBY, Bernardin & CINYABUGUMA, Matthias. “Sources of Growth in the Democratic Republic of the Congo: A Cointegration Approach”. *IMF Working Paper*. WP/04/114, 2004.
- 7 MAMDANI, Mahmood. *When victims become killers: Colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda*. New Jersey: Princeton University Press, 2002.
- 8 REYJENS, Filip. “The Second Congo War: more than a remake”. *African Affairs*. n. 98, 1999; AMNESTY INTERNATIONAL. “Democratic Republic of the Congo: 'Our brother who help kill us' – Economic exploitation and human rights abuses in the east”. Abril de 2003; INTERNATIONAL CRISIS GROUP. “The Kivus: The Forgotten Crucible of the Congo Conflict”. *ICG Africa Report* n. 56. 24 de janeiro de 2003.
- 9 NZONGOLA-NTAJALA, Georges. “Civil War, Peacekeeping and thre Great Lakes Region”. In: LAREMONT, R. (Ed.). *The causes of war and the consequences of peacekeeping in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 2002.
- 10 Segundo Deus Kagiraneza, responsável pelas operações de exploração dos recursos naturais do “Congo Desk” ruandês em Kisangani e na província Orientale, em depoimento à comissão do Senado belga, disse que, se quisesse, o exército ruandês (RPA) poderia ter removido os mayi-mayi e o Interahamwe da região dentro de apenas um mês. Sobre as batalhas de Kisangani, declarou: “We were outraged to see the Victory company, sponsored by the Ugandans, sign contracts without the Rwandese. That's the sole reason we went to war against the Ugandans, because we alone wanted to control the diamonds.”. Cf.: BELGIAN SENATORIAL COMMISSION OF INQUIRY ON THE GREAT LAKES. *Rapport*. Disponível em: <<http://www.senate.be>> Acesso em: 12 de maio de 2005.
- 11 MOUYROUND, Celine & KATUNGA, John. “Coltan exploitation in Eastern Congo”. In: LIND, Jeremy & STURMAN, Kathryn (Ed.). *Scarcity and Surfeit. The ecology of Africa's conflicts*. Pretória: African Centre for Technology Studies and Institute for Security Studies, 2002.
- 12 MONTAGUE, Dena. “Stolen Goods: Coltan and the Conflict in the Democratic Republic of the Congo”. *SAIS Review*. Vol. XXII, n. 1, Winter/Spring 2002; SAMSET, Ingrid. “Conflict of Interests or Interest in Conflict? Diamonds & War in the DRC”. *Review of African Political Economy*. n. 93/94, 2002; UN SECURITY COUNCIL. *Final Report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo*. S/2002/1146. 8 de outubro de 2002.